

CORREIO NACIONAL



Prática é usada em casos de aborto legal

Justiça restabelece resolução que proíbe assistolia fetal

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), suspendeu a liminar que derrubou resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) proibindo médicos de realizar a chamada assistolia fetal. O procedimento é usado pela medicina nos casos de abortos previstos em lei, como em estupro.

A decisão, tomada na noite dessa sexta-feira (26), retoma os efeitos da resolução do conselho, determinando que os médicos não podem mais realizar esse procedimento em

gestantes com mais de 22 semanas de gravidez. Na decisão, proferida na noite dessa sexta-feira (26), o desembargador argumentou que o tema já é objeto de discussão no Supremo Tribunal Federal, em uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, que trata de ações e omissões do Ministério da Saúde que estariam impedindo a realização de aborto em decorrência de gravidez proveniente de estupro, conforme determina a legislação.

Novas regras

A partir do dia 1º de junho, as empresas de telemarketing terão que seguir novas regras definidas pela Anatel para combater o disparo massivo de chamadas telefônicas abusivas. O objetivo é reduzir o incômodo e os transtornos gerados aos consumidores de serviços de telefonia do país.

Anatel

Um dos principais ajustes é em relação ao tempo de duração da ligação feita pelas empresas aos consumidores para que ela seja considerada uma chamada curta. Antes, eram com até 3 segundos. Com as novas regras, são consideradas curtas as chamadas de até 6 segundos.

Lista do Fies

O Ministério da Educação (MEC) prorrogou até 17 de maio o prazo final para as convocações da lista de espera do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) do primeiro semestre de 2024. Essa etapa do processo seletivo terminaria na próxima terça-feira (30).

Prazo final

A ampliação do prazo final para convocações foi publicada no Diário Oficial da União da última sexta-feira (26). No primeiro semestre, o Fies oferece 67.301 vagas aos estudantes. De 28 de março até o momento, o Ministério da Educação já fez cinco chamadas de candidatos em listas de espera do Fundo.

Regulamentação

Após o caso do cachorro Joca, que morreu enquanto estava em trânsito, sob a responsabilidade de uma companhia aérea, o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) fez um alerta às autoridades sobre a necessidade de regulamentar o transporte aéreo e rodoviário de animais no país.

Animais

Segundo a entidade, essa é uma questão de extrema importância para o bem-estar e a segurança não apenas de animais, mas de passageiros e de profissionais da aviação civil, bem como de transportes terrestres. Para o CFMV, é fundamental que haja uma regulamentação clara e abrangente.

Indígenas I

O número de 9.339 indígenas inscritos no Concurso Nacional Unificado trouxe uma questão: como eles iriam estudar para uma prova em português, sobre temas do funcionalismo público, considerando que alguns povos vivem em aldeias onde nem há internet?

Indígenas II

Como os moradores de comunidades distantes fariam para realizar a inscrição e, principalmente, chegar às cidades onde a prova será aplicada? Por isso, indígenas e indianistas se mobilizaram para criar um cursinho e uma vaquinha para a prova, no próximo domingo.

União

O movimento foi liderado por integrantes da Indigenistas Associados, que primeiro abriu um chamado para voluntários que quisessem dar aulas. Depois, firmou parcerias com o Cursinho Colmeia, da Unicamp, com o Instituto Conhecimento Liberta e com o PodConcurseiro.

Português

"A maior dificuldade é a escrita do português", diz Elenira Apurinã, professora e uma das idealizadoras. Ela lembra que a prova de nível médio terá uma questão dissertativa, e que por isso o material didático para essa modalidade focou sobretudo em português.

Projeto melhora cuidado de pacientes cardiologistas

Parceria reúne instituições privadas e Ministério da Saúde

O projeto Boas Práticas Cardiovasculares, parceria que reúne instituições privadas e o Ministério da Saúde, tem melhorado o atendimento de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Participam do projeto o Hospital do Coração (HCor), a Beneficência Portuguesa (BP) e o ministério, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi-SUS).

A iniciativa é um projeto de qualificação em serviço. A parceria entre o HCor e a pasta da Saúde, por meio do Proadi-SUS, começou em 2009 com o projeto de eletrocardiografia (Tele-ECG), que disponibilizou pontos para realização de eletrocardiogramas em unidades de pronto atendimento (UPAs 24h) e serviços de atendimento móvel de urgência (Samu) em nível nacional.

Segundo a gerente de Projetos de Assistência e Saúde Digital de Responsabilidade Social do HCor, Patricia Vendramim, desde o início do projeto, o fornecimento do laudo do eletrocardiograma por meio de conexões interativas e plataformas a distância permitiu a qualificação do serviço. "O tempo inteiro, a gente qualifica os pro-



Projeto Boas Práticas Cardiovasculares está em vigor desde 2009

fissionais que estão na linha de frente nesses serviços de urgência e emergência que são UPAs, no país inteiro", disse Patricia à Agência Brasil.

O Boas Práticas começou em 2009 só com atuação cardiovascular na síndrome coronariana aguda e, ao longo dos últimos 15 anos, vem se ajustando de acordo com a demanda atual do cenário da saúde, por meio da implementação de

melhorias.

"A gente seleciona alguns serviços, dos quais faz uma tutela, ensina a coletar indicadores, torna o protocolo mais atualizado para que seja usada a melhor prática possível, disponível no momento. O tempo inteiro, a gente está qualificando em serviço e, assim, coletando os indicadores", explicou.

No momento, o projeto tem 735 unidades pelo HCor,

mais 150 pela BP, totalizando 885 unidades do SUS. O projeto disponibiliza um aparelho de eletrocardiografia em cada serviço, capilarizado no país inteiro. O paciente chega com uma dor torácica ou com algum sinal de problema cardiovascular, faz o eletrocardiograma, e o médico, no serviço do HCor ou da BP, em São Paulo, faz o laudo e o devolve em cerca de 3 minutos, em média.

Filho de João Cândido rebate carta da Marinha

Após a Marinha se manifestar contra o reconhecimento de João Cândido como herói da pátria, o único filho vivo do líder da Revolta da Chibata criticou o posicionamento, mas não se surpreende. Adalberto Cândido, o seu Candinho, avalia que há uma aversão à figura de João Cândido.

"Ela não se envolve em nenhum evento relacionado com meu pai. Quando houve a cerimônia de instalação da estátua do meu pai na Praça XV, no Rio de Janeiro, não tinha ninguém da Marinha presente. Parece que nutrem um ódio. Eles deviam agradecer aos marinheiros por terem feito a Marinha evoluir. Mas não quero que meu pai seja herói da Marinha, quero que seja um herói do povo. Meu pai é um herói popular. A verdade é que a Marinha não se atualizou como deveria", disse seu Candinho à Agência Brasil na sexta.

A inclusão de João Cândido no Livro de Heróis e Heroínas

da Pátria depende da aprovação do Projeto de Lei 4046/2021, atualmente tramitando na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. Na segunda (22), a Marinha enviou uma carta oficial endereçada ao deputado federal Aliel Machado (PV), que preside a comissão. Deflagrada no Rio de Janeiro em 1910 como reação aos castigos corporais aplicados aos marinheiros, a Revolta da Chibata foi descrita pela Marinha como uma "deplorável página da história nacional" que se deu pela "ação violenta de abjetos marinheiros".

A carta foi assinada pelo comandante da Marinha, Marcos Sampaio Olsen. "A Força Naval não vislumbra aderência da atuação de João Cândido Felisberto na Revolta dos Marinheiros com os valores de heroísmo e patriotismo; e sim, flagrante que qualifica reprovável exemplo de conduta para o povo brasileiro".



Levar mais informações à classe é desafio

Os direitos das domésticas no Brasil

A ex-empregada doméstica Marinete Silva, de 43 anos de idade, trabalha hoje como estocquista de uma loja em Brasília. Ela desistiu, há dois anos, da antiga atividade porque se sentiu desvalorizada e explorada. "Eu fui contratada para cuidar de uma idosa, mas tinha que passar a semana inteira na residência da família também fazendo limpeza e alimentação o dia inteiro".

Ela não recebia adicional noturno nem qualquer outro direito. "Eu peguei um des-

gosto dessa profissão e acabei saindo". Ela lamenta que não conhecia todos os direitos.

Diante da precarização e violações, o Ministério do Trabalho e Emprego criou a Coordenação Nacional de Fiscalização do Trabalho Doméstico e de Cuidados para fiscalizar eventuais violações de direitos. Além de fiscalização, a pasta entende que é necessário atuar para garantir informações precisas às pessoas que trabalham nessa área.

STF

Laboratório de restauração do STF completa 20 anos

O Laboratório de Conservação e Restauração do Supremo Tribunal Federal completou duas décadas de existência no último dia 20. Ao longo desse período, mais de 10 mil objetos passaram pelo local.

Mensalmente, mais de 20 itens entre processos, livros históricos, obras raras e bens museológicos são enviados para o laboratório, que tem demandas vindas do Arquivo, da Biblioteca e do Museu do Tribunal. Isso resulta na higienização de mais de 15 mil folhas de papel por mês. Entre as peças restauradas pelo Laboratório ligadas ao 8 de janeiro, destacam-se o Brasão da República e a escultura em bronze "A Justiça", de Alfredo Ceschiatti.

STJ

Suspensão aplicada não impede posse em novo cargo

Para a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, a penalidade de suspensão prevista no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de São Paulo, por si só, não impede o servidor estadual de tomar posse em outros cargos públicos.

O entendimento foi estabelecido pelo colegiado ao reformar acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que negou o mandato de segurança impetrado por uma candidata aprovada em concurso para o cargo de escrevente técnico judiciário daquela corte. Ela foi impedida de tomar posse devido a uma suspensão aplicada quando era investigadora de polícia.

TSE

Balanço das ações pode ser consultado na internet

O Tribunal Superior Eleitoral, como guardião da democracia, tem a missão central de assegurar a integridade das eleições, por meio de um trabalho permanente. É o que demonstra o Relatório de Gestão Integrado do TSE do ano de 2023, publicado na quinta.

Segundo o documento, no período em análise, foram realizadas 162 sessões de julgamento pelo TSE, sendo 120 presenciais e 42 no Plenário Virtual, resultando no julgamento de 1.957 processos. O ano de 2023 foi iniciado com um acervo de 6.560 processos, com 902 conclusos aos relatores. Desde então, foram atuados 10.029 processos e baixados 11.653.

TCU

Abertura do mercado de gás natural é avaliado

O Tribunal de Contas da União (TCU) fez acompanhamento para identificar riscos e oportunidades de melhoria na condução da política pública denominada "Novo Mercado de Gás (NMG)", que visa à abertura, no território nacional, do mercado de gás natural.

O trabalho avaliou a implementação da política nos diversos seguimentos da indústria de gás natural no Brasil (exploração e produção, escoamento, processamento, regaseificação, transporte, comercialização, estocagem e distribuição).

Atualmente, o Brasil importa gás natural da Bolívia e da Argentina, via gasoduto terrestre.